

# Estudo Técnico Preliminar 40/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.351418/2023-11

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo tem como objeto verificar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de capina, roçada, englobando poda de cercas e plantas de menor porte e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos, nos imóveis pertencentes ao INSS, nas unidades vinculadas à Superintendência Regional Sul.

2.2. Atualmente, a Superintendência Regional Sul do INSS possui mais de 250 imóveis, distribuídos entre as suas 19 Gerências Executivas, localizadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais dispõem de uma área total estimada de 141.727,53 m<sup>2</sup> (cento e quarenta e um mil, setecentos e vinte e sete vírgula cinquenta e três metros quadrados) de áreas verdes e jardins, que necessita de manutenção constante por meio de serviços de capina, roçada, poda de cercas e plantas de menor porte, considerando toda a região Sul (PR, SC e RS).

2.3. Outrossim, não existe contratação de forma centralizada em vigor na Superintendência Regional Sul abrangendo somente a prestação desses serviços. Nos últimos anos, o serviço de capina na SRSUL era feito por meio do contrato de limpeza, já os serviços de poda de árvores de maior porte eram realizados pelo contrato de manutenção predial. Em 2022, todo o serviço de manutenção de áreas verdes passou a ser englobado pelos contratos de manutenção predial, executados mediante a abertura de ordem de serviço conforme demandado pelos fiscais setoriais.

2.4. Informa o Setor de Fiscalização Técnica de Serviços de Engenharia de Manutenção da SRSUL, em seu despacho SEI 13293554, que *"considerando-se a realidade do INSS, onde há grande heterogeneidade nos tamanhos e uso dos prédios, há certa dificuldade em se custear e remunerar o serviço de jardinagem na limpeza e, em unidades menores com uma só servente, acabava ocorrendo a quarteirização do serviço"*.

2.4.1. Já quanto ao serviço de manutenção predial, informa que *"embora a equipe de padronização da fiscalização dos contratos de manutenção tenha conseguido ajustar uma composição de serviços que pudesse remunerar de forma relativamente justa a maioria das áreas que precisam de corte de grama, em muitos casos o valor do deslocamento acaba tornando o serviço muito custoso para o INSS, chegando a representar metade do valor de algumas ordens de serviço. Tudo isto para um serviço que não exige mão de obra especializada e que, por este motivo, acaba sendo realizado por alguém da mesma cidade onde está o prédio"*. Relata, ainda, que apesar de não se tratar de um serviço técnico de engenharia, ele acaba demandando muito tempo da equipe de fiscalização técnica na gestão das ordens de serviço e em discussões com as empresas.

2.4.2. Informa, também, que a SRSUL possui diversos terrenos sem construção, não englobados pelo contrato de manutenção predial, para os quais também há demanda para roçada, principalmente quando há notificação de Prefeituras ou outros órgãos fiscalizadores.

2.4.3. Entende, portanto, que os serviços em questão deveriam ser considerados como uma contratação independente, já que se trata de um serviço de valor significativo, com peculiaridades que não se encaixam no modelo de contrato de manutenção predial utilizado na SRSUL. Quanto aos serviços de poda de árvores de maior porte, entende que devem continuar abrangidos no contrato de manutenção predial, por se tratarem de serviços que exigem mão de obra especializada e que podem impactar na segurança das construções e instalações elétricas, além de muitas vezes requererem licença para execução.

2.4.4. Quanto às quadras da Gleba Juvevê, em Curitiba/PR, informamos que não serão incluídas na presente contratação, conforme informações contidas no Despacho SEI 18396066, emitido pela DLLC e DENGPAI da SRSUL. O serviço atualmente é prestado através do Contrato 28/2022, processo 35014.377483/2021-04, vigente até 15/02/2025 (SEI 16343328). Além disso, o referido contrato vem sendo satisfatoriamente executado e pode ser prorrogado até 15/06/2027.

2.5. Ressalte-se que é obrigação do INSS, por meio da Superintendência Regional Sul, conservar e manter limpos e seguros os imóveis a ele vinculados, sem a existência de vegetação que propicie o surgimento e proliferação de bichos, o acúmulo de sujeira,

evitando que estes sejam fontes de transtornos à população, transeuntes e vizinhos. Além disso, por conta da epidemia de dengue que temos todos os anos em várias cidades dos Estados da região Sul e das constantes cobranças por parte de órgãos públicos municipais, é imperiosa a contratação de serviços especializados de capina e roçada.

2.6. Outrossim, a necessidade da contratação dos serviços decorre do dever do INSS de manter a segurança no que se refere à visibilidade dos imóveis. A presente contratação justifica-se pela necessidade da prevenção de doenças e a manutenção da saúde de todos os servidores e demais usuários.

2.6.1. A contratação pretendida deverá estender-se por mais de um exercício financeiro, tendo em vista tratar-se de um serviço continuado, que terá vigência de 12 (doze) meses prorrogáveis por igual período, até o limite de 10 (dez) anos.

**2.7. Após a contratação dos serviços em questão, deixarão de ser emitidas ordens de serviço por meio dos contratos de manutenção predial para a prestação dos mesmos, tendo em vista a existência de contratação específica.**

2.8. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capina e roçada apresenta-se como uma alternativa viável, oferecendo diversas vantagens técnicas e econômicas, dentre as quais se destacam:

- a) A capacidade das empresas prestadoras de serviço em planejar, coordenar, administrar e executar suas obrigações por meio de profissionais treinados para a função que desempenham, a disponibilidade de equipamentos, acessórios, insumos e materiais necessários à execução dos referidos serviços;
- b) Não implicará em custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;
- c) Os padrões aqui definidos que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;
- d) Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;
- e) A modalidade de Pregão na forma Eletrônica, por ser realizado à distância, confere ao procedimento maior transparência e impessoalidade e aumenta a possibilidade de obter menor preço;
- f) O Contrato terá natureza contínua e será licitado em 19 (dezenove) itens, visando à obtenção de ganho de escala e economia processual;
- g) A contratação dos serviços com o fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários à sua execução é uma prática na Administração Pública, e se mostra vantajosa e mais econômica, tendo em vista que o INSS atualmente apresenta grande carência de recursos humanos para as tantas atribuições com relação à fiscalização contratual, além de eliminar a necessidade de distribuição e a guarda de material.

2.9. Conclui-se, portanto, que trata-se de serviço essencial cuja prestação é sustentada sob a égide do Princípio da Continuidade do Serviço Público, que visa não prejudicar o atendimento à população e, portanto, não podem ser interrompidos pois colocariam em perigo a saúde e a segurança do público usuário que usufrui dos serviços prestados pelas Unidades do INSS - SRSUL.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ENG-FTMAN - SRSUL	LÉA REGINA SIEWERT (Chefe Substituta)

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. REQUISITOS LEGAIS:

4.1.1. A futura contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA).

4.1.2. Também observará a seguinte legislação:

- Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001: Dispõe sobre o SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregoão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022: Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022: Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2010: Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022: Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 02, de 07 de fevereiro de 2023: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018: Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

#### 4.2. ENQUADRAMENTO DO SERVIÇO:

4.2.1. O serviço em tela enquadra-se na definição de serviços contínuos devido à sua essencialidade e importância, de forma a impedir que sua eventual interrupção comprometa seriamente a adequada prestação do serviço público realizado pelo INSS - SRSUL, conforme dispõe o Art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021.

4.2.2. O serviço é considerado de natureza continuada, possibilitando a prorrogação do contrato em questão, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, por constituir necessidade permanente da contratante, que se repete periodicamente. Conforme Acórdão nº 132/2008, Segunda Câmara, TCU, in verbis:

*"o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional".*

4.2.3. Portanto, tendo em vista a necessidade de conservação e limpeza dos terrenos, áreas verdes e poda de manutenção das plantas de menor porte ser rotineira e permanente, a necessidade do cumprimento das obrigações de proprietário /locatário e a essencialidade dos serviços de capina e roçada para suprir tais necessidades, considera-se possível a prorrogação do contrato por mais de um exercício financeiro.

4.2.4. O serviço a ser contratado:

a) se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

b) constitui-se em atividade material acessória, instrumental e complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, podendo ser objeto de execução indireta, nos termos do Decreto nº 9.507, de 21.09.2018;

c) não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelecem os arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017;

d) por tratar-se de atividade de custeio, a autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 será concedida antes da assinatura do contrato.

4.2.5. O contrato decorrente da presente licitação será divulgado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para sua eficácia, em observância ao art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

4.2.6. Ademais, em atendimento ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, o inteiro teor do contrato será disponibilizado no sítio oficial do órgão licitante na internet, preferencialmente em formato aberto (art. 8º, § 3º, inciso III, da mesma lei) e que permita a pesquisa de texto (TCU, Plenário, Acórdão nº 1.855/2018).

4.2.7. Declara-se, ainda, que o planejamento da contratação será realizado em conformidade com as diretrizes constantes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

#### 4.3. DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.3.1. Não será permitida a subcontratação do objeto do contrato.

#### 4.4. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.4.1. **Não será exigida garantia da contratação** de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de que se trata de serviço sem dedicação de mão de obra com pagamento posterior, somente da parcela efetivamente executada, e também em virtude de seu potencial de restringir a competitividade do certame caso fosse exigido. Portanto, serão suprimidas todas as cláusulas correlatas a este tópico.

#### 4.5. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

4.5.1. Não será permitida a participação de consórcios para permitir a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, pois se trata de contratação de serviço com foco no dia a dia da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, prestado por inúmeras empresas.

#### 4.6. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO:

4.6.1. Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

4.6.2. O objeto deverá incluir o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas, equipamentos, produtos e todo o material indispensável à boa execução dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir a prestação dos serviços, observadas as normas e a legislação vigente. O fornecimento destes itens já deve estar embutido na contratação.

#### 4.7. REQUISITOS TEMPORAIS:

4.7.1. Diante da adoção da unidade de medida m<sup>2</sup> (Metro Quadrado), parâmetro objetivo, com o quantitativo informado pela DENGPAI - SRSUL, estabeleceu-se **periodicidades bimestrais ou semestrais, conforme o tipo de imóvel** para realização do serviço em cada unidade listada na Planilha Consolidada - SRSUL (SEI 18411407), resultando no total de **742.275,94 m<sup>2</sup>** a serem capinados no decorrer de 12 (doze) meses, sob a forma de Execução Indireta e pelo regime de Empreitada por Preço Unitário.

4.7.2. O prazo para início da execução do objeto do futuro Contrato será de no máximo 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato, após a devida aprovação do cronograma.

4.7.3. Antes de iniciar o serviço, a Contratada deverá providenciar a medição da área cujo serviço será realizado a fim de confrontar com o estimado pela Superintendência. Em seguida, deverá elaborar um cronograma de execução que observe o número mínimo de intervenções contratadas e a periodicidade dos serviços necessários naquela(s) área(s), a ser encaminhado à Equipe Especializada da SRSUL para autorização da execução.

4.7.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é opcional, mas imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim. Todas as condições detalhadas inerentes ao agendamento e realização da vistoria constam no Termo de Referência.

#### 4.8. REQUISITOS DE SEGURANÇA:

4.8.1. Os funcionários da Contratada deverão adequar-se às regras de segurança de circulação e identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança do Trabalho.

4.8.2. A Contratada deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências das unidades, em todos os casos, apresentando listagem dos empregados executores dos serviços, com nome, RG e CPF.

4.8.3. Os empregados da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) próprios para a execução desse tipo de trabalho durante a prestação dos serviços.

#### 4.9. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS:

4.9.1. Durante a execução de tarefas no ambiente do INSS, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.9.2. Os materiais e produtos eventualmente empregados nos locais de prestação dos serviços deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.9.3. Os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.9.4. Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se em demais normas vigentes.

4.9.5. A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

4.9.6. Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar a segurança e salubridade aos seres e os materiais empregados pela contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto, zelando pela sustentabilidade ambiental.

4.9.7. Todos os rejeitos e resíduos provenientes do serviço deverão ser recolhidos e removidos do local e a contratada deverá providenciar o destino adequado, não podendo permanecer no local nenhum resíduo. Os detritos recolhidos, em nenhuma hipótese, poderão ser mantidos no local.

4.9.8. Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais fundamentam-se na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que prevê:

- a) utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e
- f) respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

#### 4.10. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

4.10.1. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização quando for o caso.

#### 4.11. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DE EQUIPE:

4.11.1. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante legal, que atuará junto ao seu quadro de pessoal, atuando, se for o caso, como preposto da empresa.

#### 4.12. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO:

4.12.1. Os funcionários da Contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

#### 4.13. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

4.13.1. Todos os funcionários da Contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Consideradas as definições anteriores, a Equipe de Planejamento realizou a prospecção junto ao mercado para averiguar as soluções disponíveis que poderiam atender de forma adequada à necessidade das Unidades do INSS - SRSUL, de acordo com os requisitos da contratação dispostos em tópico anterior deste estudo, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e padronização. (TCU, Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - 1ª Edição, 2012), conforme segue:

### 5.1.1. Solução 1: Contratação do serviço por metro quadrado através de Prego Eletrônico - Registro de Preços.

Descrição: Fazer a contratação por metro quadrado, por serviço efetivamente realizado, ou seja, contratação por demanda, conforme surge a necessidade.

**5.1.2. Solução 2: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de caráter contínuo, com mão de obra exclusiva - 44 horas semanais, através de Pregoão Eletrônico.**

Descrição: Contrato continuado com mão de obra exclusiva em que se exige número mínimo de profissionais, por exemplo, um jardineiro por 44 horas semanais.

**5.1.3. Solução 3: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de caráter contínuo, sem mão de obra exclusiva, através de Pregoão Eletrônico.**

Descrição: Não se exige número mínimo de profissionais. Serviço continuado sem mão de obra exclusiva. Contrata-se a realização do serviço sem exigência de mão de obra exclusiva.

**5.1.4. Solução 4: Contratação dos serviços através de dispensa de licitação a cada chamado das unidades.**

Descrição: Seria a contratação direta para cada unidade, nos casos de pequeno valor.

5.2. Após análise das soluções acima descritas, ponderando-se os encargos e os preceitos legais implícitos de cada uma delas, entende-se que o mais adequado para a demanda apresentada é a **Solução 3**, que apesar do custo inicial ser maior, apresenta maior durabilidade e maiores benefícios a longo prazo. Senão vejamos:

5.2.1. A Superintendência Regional Sul e suas unidades vinculadas possuem a necessidade de cuidados frequentes com suas áreas verdes. Dessa maneira, o serviço executado de modo continuado, sem mão de obra exclusiva e com o fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários à sua execução, adequa-se melhor realidade existente.

5.2.2. Justifica-se também a adoção da Solução 3 por ela facilitar a gestão contratual, tendo em vista que o INSS atualmente apresenta grande carência de recursos humanos para as tantas atribuições com relação à fiscalização contratual.

5.3. Com relação ao PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO, verifica-se que se refere à contratação de soluções cujas especificações estejam alinhadas aos padrões disponibilizados usualmente pelo mercado. Esse princípio visa minimizar o risco de contratação de objetos com especificações não usuais no mercado (sem padrão) e que, por conta da especificação escolhida e despadronizada, gere impacto negativo e relevante nos custos da contratação, bem como limitação à competição ou à sua realização devido à especificidade não usual em relação aos padrões ofertados pelo mercado, o que contrariaria o disposto no Art. 3º, XI, alínea 'a', item 1, do Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que tange à vedação de "especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame", e o princípio da economicidade, disposto no Art. 70 da Constituição Federal.

5.3.1. Não será, ainda, utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização (instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME n. 938, de 2 de fevereiro de 2022), uma vez que não se trata de contratação de item já padronizado.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de capina/roçada, englobando poda (cercas e plantas de menor porte) e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos, com emprego de mão de obra qualificada e fornecimento de todo material de consumo, máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, sem dedicação de mão de obra exclusiva, visando suprir as necessidades da Superintendência Regional Sul e unidades subordinadas pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas.

6.1.1. Tratam-se de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra a serem prestados nas dependências da Contratante.

6.2. Os serviços deverão ser prestados no período entre 08h00 e 17h00, mediante agendamento prévio com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, observando-se as datas estabelecidas no cronograma de execução previamente elaborado, não podendo atrapalhar os trabalhos desenvolvidos pelo INSS.

6.3. Os serviços solicitados possuem as seguintes descrições:

6.3.1. **Capina:** compreende o processo manual de erradicação de ervas daninhas retirando-se a planta em sua totalidade, removendo-se a maior porção de raízes. Incluem-se a retirada de vegetação dos calçamentos. Devem ser realizados o rastelamento e amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.3.2. **Roçada:** compreende o corte de vegetação acima do nível do solo à altura de 5 a 10 cm. Este corte poderá ser processado manualmente (em áreas restritas ou que apresentam interferências) e/ou mecanicamente. Devem ser realizados o rastelamento e amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.3.3. **Corte de grama:** compreende o conjunto de operações envolvidas na poda dos gramados, sendo a principal delas o corte superficial da folhagem reduzindo-a à altura de 3 a 5 cm e será executado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso do equipamento mecânico. Devem ser efetuadas a limpeza das áreas retirando os materiais indesejáveis, pedras, minerais entre outros, por rastelamento, corte e refinamento do acabamento junto a meios fios e canteiros com remoção do material cortado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.3.4. **Poda de plantas de menor porte, arbustos e cercas vivas:** compreende a retirada parcial de galhos e ramos das plantas de menor porte, arbustos e cercas vivas. Serão retirados os galhos que estejam mortos, danificados, doentes ou praguejados, bem como os que colocam em risco a segurança das pessoas. Compreende também a retirada de galhos e ramos que interferem ou causam danos permanentes às edificações ou aos equipamentos. Devem ser realizados o rastelamento e o amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.3.5. **Limpeza manual e retirada de detritos e folhas secas:** compreende a coleta de detritos e/ou resíduos sólidos provenientes das plantas e dos serviços executados, incluindo sua remoção e esvaziamento no destino final. Inclui a operação manual de limpeza, recolhimento, ensacamento de todos os resíduos e seu encaminhamento para a destinação final.

6.3.6. **Aplicação de herbicidas seletivos:** compreende a aplicação de produtos químicos para o controle de plantas infestantes e/ou ervas daninhas com boa eficiência.

6.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.4.1. **Preparação:**

6.4.1.1. A mobilização do canteiro (local estabelecido pela contratante para armazenar os equipamentos necessários ao serviço) consistirá no conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início dos serviços, incluindo-se a localização, o preparo e a disponibilização, no local, de todos os equipamentos, mão de obra, materiais e instalações necessários à execução do objeto do contrato. Está compreendido também o atendimento às exigências legais do Ministério do Trabalho e Emprego e às posturas municipais.

6.4.1.2. A desmobilização consistirá na desmontagem e retirada de todas as estruturas auxiliares e equipamentos do canteiro, bem como a reconstituição do entorno dos serviços, com a retirada dos resíduos provenientes do objeto deste contrato.

6.4.2. **Execução dos serviços:**

6.4.2.1. Executar a capina, roçada, corte de grama de cercas vivas e limpeza de terreno nas áreas indicadas pela contratante;

6.4.2.2. Realizar a limpeza, retirada de galhos secos das plantas de menor porte e remoção de ervas daninhas das áreas contratadas;

6.4.2.3. Executar poda de limpeza, ou de adequação de plantas de menor porte, arbustos e cercas vivas, com a finalidade de remoção de galhos e plantas que se apresentarem secos ou que estiverem em declínio constante, os quais deverão ser retirados com o uso de maquinário adequado para que os galhos ou plantas, não colidam com os veículos, podendo ser utilizados cordas com manuseio manual ou mecânico conforme o peso do material a ser removido.

6.4.2.4. Os serviços poderão ser executados mecanicamente e/ou manualmente (em áreas restritas ou que apresentam interferências).

6.4.3. **Finalização e limpeza:**



6.4.3.1. Ao final dos serviços, a contratada realizará a remoção e descarte de todos os resíduos gerados, incluindo sua coleta, transporte e descarte de forma ambientalmente adequada.

6.4.3.2. O local deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação.

6.5. A prestação do serviço será efetuada nos endereços relacionados no Anexo I-A - Itens, áreas, periodicidade e endereços (SEI 18411407) do TR, agrupados conforme os itens abaixo:

Item	UF	Gerência Executiva	Tipo de área (frequência)	CATSER	Área p/ Capina	QTDE ANUAL (área x frequência)	Área total Licitada	Valor estimado m²	Valor máximo do item	
1	PR	Cascavel	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	16.593,80	99.562,80	99.562,80	R\$ 1,12	R\$ 111.510,34	
2		Maringá	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	6.916,22	41.497,32	41.497,32	R\$ 1,12	R\$ 46.477,00	
3		Londrina	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	21.107,34	126.644,04	126.644,04	R\$ 1,12	R\$ 141.841,32	
4		Ponta Grossa	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	6.423,95	38.543,70	38.863,70	R\$ 1,12	R\$ 43.527,34	
			ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 180 dias (6 meses)	14044	160,00	320,00				
5		Curitiba	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	6.258,30		37.549,80	R\$ 1,12	R\$ 42.055,78	
					37.549,80					
6	SC	Blumenau	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	2.063,85	12.383,10	16.499,10	R\$ 1,12	R\$ 18.478,99	
			ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 180 dias (6 meses)	14044	2.058,00	4.116,00				
7		Joinville	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	1.511,96	9.071,76	9.071,76	R\$ 1,12	R\$ 10.160,37	
8		Florianópolis	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	5.484,32	32.905,92	32.905,92	R\$ 1,12	R\$ 36.854,63	
9		Chapecó	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	4.715,00	28.290,00	47.926,82	R\$ 1,12	R\$ 53.678,04	
			ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 180 dias (6 meses)	14044	9.818,41	19.636,82				
10			Criciúma	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	4.280,65	25.683,9	25.683,90	R\$ 1,12	R\$ 28.765,97
11			Canoas	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	2.148,00	12.888,00	16.956,30	R\$ 1,12	R\$ 18.991,06
	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 180 dias (6 meses)			14044	2.034,15	4.068,30				

12	Novo Hamburgo	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	4.999,96	29.999,76	29.999,76	R\$ 1,12	R\$ 33.599,73
13	Caxias do Sul	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	2.863,13	17.178,78	19.646,28	R\$ 1,12	R\$ 22.003,83
		ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 180 dias (6 meses)	14044	1.233,75	2.467,50			
14	Porto Alegre	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	10.687,00	64.122,00	84.650,60	R\$ 1,12	R\$ 94.808,67
		ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 180 dias (6 meses)	14044	10.264,30	20.528,60			
15	Pelotas	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	3.514,38	21.086,28	23.993,68	R\$ 1,12	R\$ 26.872,92
		ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 180 dias (6 meses)	14044	1.453,70	2.907,40			
16	Santa Maria	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	1.827,97	10.967,82	10.967,82	R\$ 1,12	R\$ 12.283,96
17	Uruguaiana	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	2.761,26	16.567,56	16.567,56	R\$ 1,12	R\$ 18.555,67
18	Ijuí	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	5.407,38	32.444,28	32.444,28	R\$ 1,12	R\$ 36.337,59
19	Passo Fundo	ÁREA NA GEX (m²) – periodicidade de 60 dias (2 meses)	14044	5.140,75	30.844,50	30.844,50	R\$ 1,12	R\$ 34.545,84
<b>TOTAL</b>						<b>742.275,94</b>		<b>R\$ 831.349,05</b>

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A Planilha constante no Anexo I - A do Termo de Referência - TR (Itens, áreas, periodicidade e endereços) contém a estimativa das quantidades a serem contratadas de forma detalhada por localidade, destacando-se que foi adotado o M2 (metro quadrado) como unidade de medida, por se tratar de parâmetro objetivo.

7.2. Os serviços objeto desta contratação serão prestados nos locais e áreas especificadas na Planilha do Anexo I - A do TR, encartada no documento SEI 18411407. Em cada imóvel, o serviço será realizado conforme periodicidade definida para o mesmo (bimestral ou semestralmente).

7.3. Para fins desta licitação, a área total considerada será de **742.275,94 m²** (setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e setenta e cinco vírgula noventa e quatro metros quadrados), conforme detalhamento por item constante na tabela do item 6.5 deste ETP.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 831.349,05

8.1. O orçamento estimado foi obtido a partir de pesquisas de preços em conformidade à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, tendo em vista o disposto na Nova Lei de Licitações e Contratos, Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Trata-se, portanto, de orçamento cujo valor é contemporâneo e compatível aos valores praticados pelo mercado no que tange à exequibilidade.

8.2. A referida Instrução Normativa, que disciplina os procedimentos básicos para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se os incisos I e II do art. 5º, conforme Relatório Detalhado de Pesquisa de Preço 31/2024 - SEI 16600416, em resumo abaixo:

a) Caracterização das fontes consultadas: a.1) inciso I: Sistemas oficiais de governo, no novo sistema disponibilizado pela SEGES, no link Pesquisa de Preço; a.2) inciso II: contratações similares feitas pela Administração Pública, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

b) Foram priorizadas consultas aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021;

c) Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado: Mediana;

d) Valor limite por metro quadrado: **R\$ 1,12** (um real e doze centavos);

e) Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável: Desconsiderados todos os valores superiores a R\$ 4,50 por não ser razoável à cotação por metro quadrado e também desconsiderados os valores abaixo de R\$ 0,70, tendo em vista a localização dos imóveis onde os serviços serão realizados e a necessidade da contratada percorrer grandes distâncias para execução dos serviços. A cotação de R\$ 0,89 da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (item 9) não compôs o preço por tratar-se de Serviço de Roçada e Capina em Brita, conforme TR da contratação. A cotação de R\$ 0,82 do ESTADO DE MINAS GERAIS (item 3) não compôs o preço por tratar-se de capina térmica, conforme TR. Para a composição foram utilizados 16 preços que são condizentes com o serviço que se pretende contratar.

8.3. Quanto à metodologia para obtenção do preço estimado, foi utilizada a mediana da série coletada, expurgando-se nesse cômputo todos os valores que destoavam demais dos limites superiores e inferiores com relação à linha média de preços, conforme acima explicitado, seguindo-se o disposto no Art. 6º da IN 65/2021 e parágrafos § 1º a § 6º, in verbis:

*"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados."*

8.4. Diante do resumo da Pesquisa de Preços trazida acima, considerando a área total estimada e o número de intervenções a serem realizadas em cada imóvel durante o período de 12 (doze) meses, restou apurado o valor anual estimado de **R\$ 831.349,05** (oitocentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinco centavos) para a presente contratação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Ressalta-se que a regra, sempre quando viável, é o parcelamento da solução em mais itens sempre que a mesma for divisível e desde que não haja inviabilidade técnica e/ou econômica, prejuízos para o conjunto da solução e/ou perda de economia de escala, sempre visando a ampla participação e competitividade entre os licitantes.

9.2. Opta-se pelo parcelamento da solução sendo a contratação subdividida em 19 (dezenove) itens, sendo 1 (um) item por Gerência Executiva, tendo em vista a grande área geográfica de abrangência da Superintendência Regional Sul.

9.3. Quanto ao agrupamento dos serviços de capina/roçada, englobando poda (cercas e plantas de menor porte) e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos, justifica-se a contratação conjunta pois o serviço é único e de natureza definida, sendo técnica e economicamente inviável o parcelamento em várias partes. O parcelamento da solução poderia ocasionar na falta de padronização dos serviços prestados por empresas diversas que disputem e ganhem itens licitatórios distintos que possuem afinidades entre si, gerando-se distorções no que tange à qualidade do serviço prestado por uma empresa em relação às demais.

9.4. Há inúmeras empresas habilitadas para participarem do certame da forma proposta, o que não restringe a competitividade, não havendo perda de economia de escala. O parcelamento do objeto com a divisão dos serviços pode trazer maiores riscos de problemas na atribuição de responsabilidade pela garantia do bom funcionamento do sistema. Por fim, a licitação sem o

parcelamento do objeto promoverá redução nos custos administrativos, especialmente no que tange à gestão e fiscalização do contrato advindo da presente contratação, mobilizando-se menor quantitativo de servidores.

9.5. Ressalta-se que não haverá perda de economia de escala e haverá melhor aproveitamento das condições reais de mercado e ampliação da competitividade. Neste sentido, optou-se pela contratação agrupada dos serviços de capina/roçada, englobando poda (cercas e plantas de menor porte) e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos, dividida em 19 itens, visando a ampliação da competitividade e das vantagens técnicas e econômicas para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O processo 35014.377483/2021-04, Contrato 28/2022 (SEI 7770936), de prestação de serviços de limpeza de terrenos, compreendendo a capina e roçada (mecânica e/ou manual), podas de árvores, remoção de arbustos de diversos tamanhos e a retirada dos resíduos resultantes destes trabalhos, bem como a limpeza e descarte apropriado de qualquer resíduo sólido existente no terreno, como lixo, pneus, papelão, lâmpadas, carcaças de materiais de informática, entulhos da construção civil (madeira, tijolos, telhas, concreto esquadrias, etc.), móveis velhos, carcaças de eletrodomésticos, etc., dos terrenos da Gleba Juvevê e na antiga ASPS na cidade de Curitiba/PR é uma contratação correlata à presente.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretensa contratação se faz consonante com o Planejamento Estratégico do INSS, estando contemplada no Mapa Estratégico do INSS, aprovado pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS N. 33, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023, que aprova o Mapa Estratégico do INSS para o quadriênio 2024/2027, bem como com a RESOLUÇÃO CEGOV/INSS N. 37, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023, que aprova o plano de ação do INSS para o ano de 2024.

11.2. O objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e foi incluído no PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações do INSS para o ano de 2024.

11.3. A presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual - PCA 2024, UASG 510181, conforme DFD 143 /2024 (SEI 13625811), **Contratação 510181/090138/2023**.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

12.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios, menor poluição e demais ações de utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

12.3. A prestação dos serviços de capina e roçada por empresa especializada permitirá um excelente custo-benefício ao INSS - SRSUL, de um lado, otimizando a destinação de recursos financeiros e, de outro, preservando áreas verdes com eficiência, garantindo um espaço limpo, salubre e conservado, contribuindo para a sensação de bem-estar dos servidores, usuários e transeuntes, e, por último, fortalecendo a imagem da Autarquia perante à sociedade na questão ambiental.

12.4. Para fins de medição dos resultados, objetivando alcançar os benefícios pretendidos com a presente contratação, será implementado para a presente contratação o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo II do Edital que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações do pagamento.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbram necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado.

13.2. Sugere-se ao licitante a vistoria prévia ao fornecimento da proposta, quando da licitação. Como cada espaço a ser trabalhado é único e possui variações em suas especificidades, entende-se por necessário que a empresa proponente proceda a verificação dos locais de execução dos serviços.

13.2.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

13.2.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação de serviços continuados de capina, roçada, poda de cercas e plantas de menor porte e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos, deve incluir nas atribuições da contratada a responsabilidade de treinar e capacitar periodicamente seus empregados para o atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

14.2. A empresa contratada será responsável ainda pela destinação ambientalmente correta de todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

14.2.1. Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais fundamentam-se na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que prevê:

- a) utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e
- f) respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.3. A Portaria PRES/INSS nº 1.704, de 12 de junho de 2024, aprovou, no âmbito do INSS, o Plano de Logística Sustentável - PLS, na forma dos Anexos I a III da Portaria. Nesse sentido, na presente contratação devem ser observadas as seguintes diretrizes constantes do PLS:

- a) gestão mais eficiente do descarte de resíduos tóxicos e poluentes, incentivando empresas e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício;
- b) considerar critérios compatíveis com padrões de consumos social e ambientalmente sustentáveis;
- c) promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, com diminuição do consumo de água e energia elétrica, otimização do uso de materiais e recursos naturais e implantação de gestão de resíduos sólidos;
- d) identificação e utilização de objetos de menor impacto ambiental;
- e) divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável;

f) promoção de ações afirmativas de equidade e de inclusão pela empresa contratada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no planejamento efetuado, a contratação pretendida é considerada viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: SEI 13405566

**ALESSANDRA MUSSI DA SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 12/11/2024 às 19:16:51.*

Despacho: SEI 13405566

**JULIANA DA SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 12/11/2024 às 16:27:55.*